

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.112 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2000

ORÇAMENTO



José Alencar é autor da proposta que será examinada na quarta



Simon apresentou parecer favorável à PEC na Comissão de Justiça

Governo pode ser obrigado a executar emendas do Congresso

Proposta em exame pela CCJ veda ao Poder Executivo o cancelamento ou o contingenciamento, total ou parcial, de recursos decorrentes de emendas feitas pelo Congresso Nacional ao Orçamento da União.

PÁGINA 6



Martus Tavares

Martus fala amanhã sobre contingenciamento de recursos

PÁGINA 5

Congresso vota PPA na quarta

Substituto da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ao Plano Plurianual (PPA) deverá ser votado na quarta-feira pelo Congresso Nacional.

PÁGINA 3

CAE examina mais verbas para o fundo de cultura

Projetos do senador José Roberto Arruda e do deputado Ubiratan Aguiar estão na pauta da CAE, que se reúne amanhã

O RATEIO DAS LOTERIAS

O sistema de loterias transferiu no ano passado aos cofres do governo federal cerca de **R\$ 1,2 bilhão**, descontados os prêmios líquidos pagos aos apostadores

O rateio dessa receita é o seguinte:

• Seguridade Social	22,4%
• Programa de Crédito Educativo	9,6%
• Fundo Penitenciário Nacional	3%
• Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto	4,5%
• Fundo Nacional de Cultura	1%

Fonte: Caixa Econômica Federal

A transferência da arrecadação das loterias federais para o Fundo Nacional de Cultura (FNC) poderá ser elevada de 1% para 3%. Duas propostas com esse objetivo – de autoria do senador José Roberto Arruda e do deputado Ubiratan Aguiar (esta já aprovada pela Câmara dos Deputados) – estão na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos. O relator, senador Pedro Piva, é favorável à aprovação da matéria.

PÁGINA 5

Cacá Diegues observa que o cinema precisa de apoio dos poderes públicos



Cacá Diegues propõe agência para cuidar do audiovisual

A criação de uma Agência Nacional para o Audiovisual, ligada diretamente à Presidência da República, foi proposta pelo diretor e produtor de cinema Cacá Diegues em reunião da Subcomissão do Cinema Brasileiro, da Comissão de Educação. A agência funcionaria nos mesmos moldes daquelas que regulam os setores de petróleo e energia elétrica.

PÁGINA 7

Senadores defendem a PEC que vincula recursos à saúde

PÁGINA 9



Tião Viana vê clima favorável no Congresso à aprovação da PEC



Renan Calheiros aponta importância social da vinculação de recursos

CAS PROMOVE AUDIÊNCIA SOBRE FINANCIAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR

PÁGINA 4

CPI OUVI CAMINHONEIRO E REPRESENTANTES DE CORRETORAS DE SEGUROS



PÁGINA 4

PROPOSTA ALTERA O LIMITE DE IDADE PARA MINISTROS DO TCU

PÁGINA 3



SEGUNDA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2000

AGENDA

Brasil 500



Senador Nilo Coelho — Sala 6

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PEC nº 87/99, que altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); PEC 2/2000, que insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares; Requerimento nº 402/95, do senador Pedro Simon, solicitando a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito, integrada por 15 senadores, destinada a apurar as denúncias sobre agentes corruptores, feitas durante a CPI do Impeachment e a CPI do Orçamento; PLC nº 102/96, que amplia a legitimação para causas perante os juizados especiais cíveis; PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; PLS nº 27/99, que altera arts. 338, 340 da Lei nº 3.071/1916 (Código Civil), referentes a investigações de paternidade; PLS nº 140/99, que altera a redação do parágrafo 9º art. 789 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho, para estender aos presidentes das juntas de Conciliação e Julgamento e aos juizes de direito a faculdade de conceder o benefício da Justiça gratuita, nas hipóteses que especifica; PLS nº 248/99, que altera a Lei nº 8.112/90, para regulamentar a nomeação de ocupantes de cargo em comissão; PLS nº 617/99, que altera o caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760/46, atualizando o conceito de terrenos da Marinha; PLS nº 625/99, que revoga o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67 (dispõe sobre taxas judiciárias); e PEC nº 23/99, que acrescenta parágrafo ao art. 109 da Constituição federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Ecoss do Além*, de David Koepf.
Auditório Patrônio Portella

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União); PDL nº 116/95, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio e TV Correio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa (PB); PDL nº 193/99, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Logos — Edições, Jornalismo e Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos (SP); PDL nº 43/2000, que aprova o texto da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais; Mensagem nº 102/2000, que submete ao Senado a escolha do nome de Joaquim Augusto Whitaker Salles para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil no Quênia, exercer a de embaixador do Brasil em Uganda; Mensagem nº 115/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Francisco Thompson Flôres Netto para exercer a função de embaixador do Brasil no Uruguai; Requerimento nº 291/2000, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 100 e 417, de 1999, 70, 87 e 143, de 2000, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 302/2000, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando o sobrestamento do PDL nº 199/99, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Porta Voz de Cianorte para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cianorte (PR), para aguardar posicionamento do Poder Judiciário sobre as questões jurídicas pertinentes ao controle acionário da rádio.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: Será destinada a reverenciar a memória do jornalista Carlos Castello Branco.
Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/2000, dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União); PDL nº 12/95, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Prudentópolis para explorar serviço de

radiodifusão sonora em onda média na cidade de Prudentópolis (PR); PDL nº 206/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sombrasil Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira de Itapemirim (ES); PDL nº 9/2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Concórdia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas (MS); Mensagem nº 105/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Antonio Jardim Gagliardi para exercer a função de embaixador do Brasil na Noruega; Mensagem nº 110/2000, que submete à deliberação do Senado o nome de Brian Michael Fraser Neele para exercer a função de embaixador do Brasil na Turquia; e PR nº 37/2000, que autoriza a União a celebrar os contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos com a Maurítânia, ou suas agências governamentais, renegociados no âmbito do Clube de Paris, no valor de US\$ 6,28 milhões, oriundos de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos passaram a integrar o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Quinta-feira

10h — Sessão do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de vetos presidenciais. *Plenário da Câmara dos Deputados*

Sexta-feira

9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União); PDL nº 5/96, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Bela Vista para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Vista (MS); PDL nº 50/96, que aprova o ato que renova a outorgada deferida à Rádio Encruzilhadense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Encruzilhada do Sul (RS); PDL nº 49/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre os governos do Brasil e da Ucrânia; e Requerimento nº 309/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 18/2000, com os PLSs nºs 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

COMISSÕES

Terça-feira

9h30 — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Exibição do vídeo, produzido pela TV Senado, sobre o trabalho desenvolvido pelo padre Paulino Baldassari no estado do Acre. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública sobre os instrumentos de financiamento de moradias no Brasil, com a presença do ministro Ovídio de Angelis, secretário de Desenvolvimento Urbano; do deputado Renato Guerra, relator do PPA; do deputado Sérgio Vianna, relator da LDO; do governador de Santa Catarina, Esperidião Amin; do presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai; do coordenador do Instituto Cidadania, Luís Inácio Lula da Silva; e do ex-ministro da Fazenda, Ciro Gomes. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 37/99, que altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); tramitando em conjunto com o PLS nº 36/99, altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91; PLC nº 11/2000, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PRS nº 8/2000, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal; PRS nº 18/2000, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal destinadas a implantação do programa de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal; PRS nº 45/99, que modifica a Resolução nº 22/89, que estabelece alíquotas do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações e prestações interestaduais; PLS nº 273/99, dá nova redação aos incisos XIV e XXI, do artigo 6º da Lei nº 7.713/88; PLS nº 564/99, altera legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação; Mensagem nº 114/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito, no valor de 484,85 mil euros, de principal, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada ao financiamento de 15% de contrato comercial de importação de bens de serviços a serem fornecidos pela empresa alemã Leica Microsystems Nussloch GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; Mensagem nº 108/2000, que solicita ao Senado autorização para contratar operação de crédito externo, no valor de 2,7 milhões de euros, de principal, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada

ao financiamento de 85% do valor de contrato comercial para importação de bens e serviços, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; Ofício nº 12/2000, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do estado de São Paulo para conceder a contragarantia à União em operação de crédito pretendida pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R\$ 384,5 milhões, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Despoluição do Rio Tietê — Etapa II; e Mensagem nº 113/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 50 milhões, de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Programa de Crédito Produtivo Popular para o Nordeste (Crediamigo). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 129/2000, que denomina Ponte José Vieira de Sales Guerra, a ponte sobre o rio Branco, na BR-174, no município de Caracaraí (RR); e PDLs que aprovam atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista destinada a apreciar a MP 2011-8, altera dispositivos da Lei nº 9.615/98 (bingos).

Pauta: Discussão das emendas apresentadas. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para explicar o contingenciamento ao Orçamento 2000 (Decreto nº 3473/2000) e da LDO/2001 (PLN 001/2000-CN). *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

15h — CPI de Roubo de Cargas

Pauta: Depoimento dos corretores de seguro Artur Santos, da Pancary (SP); Paulo Cunha, da Apsul (RS); Celso Ciglio, da Disconal (SP); e Luiz Carlos Beltrami, da Ibirima (SC). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Quarta-feira

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: apreciação do parecer do senador Jefferson Peres, relator da Representação nº 2/99, contra o senador Luiz Estevão. *Ala*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Emenda muda limite de idade para ministro do TCU

Proposta de alteração na Constituição federal permite que, para assumir o posto, os auditores do Tribunal de Contas da União sejam excluídos da obrigatoriedade, atualmente em vigor, de ter no máximo 65 anos

O Senado inicia amanhã a discussão, em primeiro turno, de proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites mínimos e máximos de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União. O texto estabelece que o limite máximo de 65 anos, exigido para nomeação de ministro, não se deve aplicar aos auditores do TCU.

Isso porque Cabral entende que, ao ingressarem no TCU, os auditores já cumpriram as exigências referentes a limites de idade, sendo injusto exigir que tenham menos de 65 anos quando surge a oportunidade de assumirem o posto de ministro. A Constituição reserva uma vaga de ministro para ser preenchida por um dos três auditores do TCU.

Na mesma sessão, o Plenário examina o texto da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em 1997, em Paris. Trata-se de instrumento multilateral que estabelece, com a



Bernardo Cabral considera injusta a exigência feita hoje aos auditores

comunidade internacional, compromisso que não atinge a soberania das nações e estimula o combate ao crime no comércio entre países.

Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e favorável à sua aprovação, o senador José Fogaça (PMDB-RS) informou que o texto tipifica o delito de corrupção de funcionário público estrangeiro e as sanções que a ele devem ser impostas, sem deixar de responsabilizar tam-

bém as pessoas jurídicas.

Quarta-feira, o Senado dedica a Hora do Expediente a uma homenagem ao jornalista Carlos Castello Branco, morto há dez anos, vítima de câncer. Piauiense, membro da Academia Brasileira de Letras, o jornalista assinou, por três décadas, a *Coluna do Castello*, no *Jornal do Brasil*, leitura obrigatória que jamais perdeu seu prestígio. A homenagem será feita a pedido do senador Freitas Neto (PFL-PI).

O Plenário também decide se

autoriza a União Federal a celebrar contratos bilaterais de reescalonamento de dívidas junto à República Islâmica da Mauritânia, renegociados no âmbito do Clube de Paris. No valor total de US\$ 6,7 milhões, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), esses créditos passaram a ser geridos pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex). O parecer do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) é favorável à autorização dos contratos.

Os senadores voltam a discutir, agora em segundo turno, a proposta de emenda constitucional de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade. A iniciativa tem o propósito de corrigir interpretação dada ao nascimento de filhos de brasileiros no exterior, visto que os consulados têm entendido que o registro dessas crianças só pode ser feito em cartório localizado no Brasil. Por 58 votos a favor e nenhum contra, a matéria foi aprovada em primeiro turno, na semana passada.



Romero Jucá quer dar o nome de José Vieira de Sales Guerra à ponte sobre o rio Branco

Pauta da CE inclui seis renovações de concessões

A Comissão de Educação (CE) se reunirá amanhã, às 11h30, quando examinará uma pauta de sete itens. Entre eles, projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que dá o nome de José Vieira de Sales Guerra à ponte sobre o rio Branco, na BR-174, no município de Caracaraí, em Roraima. A matéria, que tramita em caráter terminativo, foi relatada favoravelmente pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Os senadores da comissão vão analisar também projetos de decreto legislativo renovando as concessões das seguintes emissoras para exploração de serviço de radiodifusão: Fundação Educativa Nordeste, de Lagoa Vermelha (RS); Sistema Evangelizador de Radiodifusão, de Jaboticabal (SP); Rádio Colméia, de Cascavel (PR); Rede Norte Sul de Comunicação, de Porto Alegre (RS), e Fundação Santa Luzia de Mossoró, de Mossoró (RN).

Está na pauta ainda o projeto de decreto legislativo que outorga permissão para exploração de serviço de radiodifusão à Organização Guaratubana de Comunicações, de Guaratuba (PR). Todos os projetos receberam votos favoráveis dos relatores.

MUDANÇAS DO RELATOR

Como aumentaram as dotações de algumas áreas, segundo o texto aprovado ontem pela comissão:

R\$ 21,78 bilhões

é o quanto a proposta do relator Renato Vianna acrescentou aos gastos previstos no PPA



Corredor Mercosul	Original: R\$ 178,7 milhões	Aprovado: R\$ 430,8 milhões
Corredor Nordeste	Original: R\$ 599,7 milhões	Aprovado: R\$ 873,7 milhões
Irrigação e drenagem	Original: R\$ 733 milhões	Aprovado: R\$ 3,8 bilhões
Renda mínima (educação)	Original: R\$ 800 milhões	Aprovado: R\$ 1,68 bilhão
Rodoanel de São Paulo	Original: R\$ 430 milhões	Aprovado: R\$ 668,1 milhões
Turismo no Nordeste	Original: R\$ 131,5 milhões	Aprovado: R\$ 182 milhões
Gastos totais	Original: R\$1,113 trilhão	Aprovado: R\$1,135 trilhão

Congresso vota nesta semana Plano Plurianual e vetos presidenciais

O Congresso Nacional deve votar na quarta-feira o substitutivo da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização à proposta do Plano Plurianual enviada pelo Executivo. O PPA deveria ter sido votado na última quinta-feira, mas acordo de lideranças adiou a votação da matéria para que fosse ouvido o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Ele comparecerá à reunião de amanhã da Comissão de Orçamento.

O substitutivo prevê recursos no valor de R\$ 1,135 trilhão – R\$ 23,6 bilhões a mais do que propôs o Executivo – para investimentos entre 2000 e 2003. Senadores e deputados apreciarão destaques no valor

de R\$ 256,3 milhões. O relator do PPA, deputado Renato Vianna (PMDB-SC) apresentará pareceres deferindo integral ou parcialmente nove dos oito destaques, o que poderá até mesmo evitar a apreciação de alguns deles. Vianna acredita que o PPA será aprovado sem maiores dificuldades, mas o líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno (SP), anunciou que a oposição vai disputar com o governo no voto. O Congresso também se reunirá na quinta-feira para examinar 32 vetos parciais ou totais do presidente da República a projetos de lei aprovados. Entre eles, estão o projeto de lei complementar dispendo sobre a aplicação do ICMS e o projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Armas (Sinarm).

CPI ouve representantes de corretoras de seguro

Será amanhã a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, presidida pelo senador Romeu Tuma, que investiga o roubo de cargas transportadas. Também irá depor o caminhoneiro Luiz Carlos Beltramini

O caminhoneiro Luiz Carlos Beltramini, de Ibirama (SC), e os representantes das corretoras de seguros Pancary (SP), Apsul (RS) e Disconal (SP) – respectivamente Artur Santos, Paulo Cunha e Celso Ciglió – deverão ser ouvidos amanhã, a partir das 15h, pelos deputados e senadores da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que está apurando o crescimento do roubo de cargas transportadas no país.

Durante a última reunião da CPI, terça-feira da semana passada, o deputado maranhense Cesar Bandeira (PFL-MA) denunciou o prefeito de Vitorino Freire (MA), Juscelino Rezende, de ser o principal receptor de cargas roubadas no estado. Na mesma ocasião, o deputado Pompeo de Mattos (PPB-RS) entregou ao presidente da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP), dossiê sobre os assassinatos de motoristas de caminhão no Rio Grande do Sul e pediu a convocação da testemunha-



chave Jorge Méres, que durante dois anos teria integrado quadrilha que roubava cargas em São Paulo.

Ainda na reunião de terça-feira, Eduardo Ferreira Rebuzzi, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Rio de Janeiro, registrou que o número de crimes no estado sofreu um pequeno decréscimo entre junho e outubro do ano passado, período em que a Secretaria Estadual de Fazenda colaborou com a polícia, levantando dados para descobrir receptadores.

O último depoente da reunião da CPI Mista, Clóvis Nogueira Bezerra, do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Ceará, informou que os ladrões chegam a andar com boletins de ocorrência falsos antes mesmo de serem presos pela polícia. A partir de agosto a comissão deverá visitar vários estados brasileiros,

como Ceará, Maranhão, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

Além de apurar o roubo de cargas no país, a CPI tem como objetivo criar mecanismos capazes de coibir a atuação das quadrilhas especializadas. Na reunião de instalação, o relator, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), informou que a preferência dos assaltantes é pelas mercadorias que possam ser revendidas com maior facilidade, como alimentos (23% das ocorrências), cigarros (16%), confecções (13%), equipamentos eletroeletrônicos (9%) e medicamentos (6%). Já o presidente Romeu Tuma acredita que o roubo de cargas é feito sob encomenda e a entrega ocorre quase que imediatamente após a sua concretização, dificultando a atuação da polícia.

Na reunião da CPI realizada em 30 de maio, empresários e representantes de transportadoras informaram nomes de pessoas supostamente envolvidas com roubo e desmanche de caminhões. Também foi aprovada a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de 26 pessoas e empresas. A lista foi elaborada a partir dos trabalhos das CPIs do Narcotráfico e dos Medicamentos, da Câmara dos Deputados.



Romeu Tuma acredita que o roubo de cargas é feito sob encomenda



Mauro Miranda: a comissão irá discutir os meios de financiamento

Financiamento de moradia será debatido amanhã pela CAS

O financiamento de moradias no Brasil será debatido amanhã, a partir das 10h, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Atendendo a requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), foram convidados o secretário especial de Desenvolvimento Urbano, Ovídio de Ângelis; o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin; o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carrazzai; os deputados Renato Vianna (PMDB-SC), relator do Plano Plurianual (PPA), e Sérgio Guerra (PMDB-PE), relator da Lei de Diretri-

zes Orçamentárias (LDO); o ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes; e o coordenador do Instituto Cidadania, Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Mauro Miranda, a audiência tratará de assunto de interesse público relevante. "A matéria, que merece atenção especial desta Comissão de Assuntos Sociais e da sociedade brasileira, incide sobre a questão dos instrumentos de financiamento de moradias no Brasil, especialmente aqueles voltados à população de baixa renda", explicou o senador.

NOVAS REGRAS PARA O FUTEBOL

Bingos

- Funcionamento dos bingos fica prorrogado até 31 de dezembro de 2001

Patrocínios

- Uma mesma empresa não poderá ter mais de 50% das ações e nem a gerência de mais de um clube
- Patrocínio na camisa, formação de empresas de licenciamento e investimentos em estádios estão liberados
- Transformação dos clubes de futebol em empresas passa a ser facultativa
- Proíbe que emissoras de TV patrocinem clubes de futebol



Lei do Passe

- Regime do passe para os jogadores de futebol profissional acaba a partir de 2001
- O clube responsável pela formação do atleta terá direito ao primeiro contrato, com duração máxima de quatro anos, e terá prioridade na renovação
- Contratos dos jogadores já formados terão prazo máximo de cinco anos e mínimo de três meses

Emendas à MP dos Bingos deverão ser analisadas

A comissão mista responsável pela medida provisória que altera a Lei Pelé e institui a taxa de administração dos bingos reúne-se amanhã, às 14h30, para apreciar as emendas apresentadas. A MP foi reeditada pela oitava vez em maio último e, dessa maneira, abriu-se novo prazo para apresen-

tação de emendas. A comissão, contudo, já aprovou projeto de conversão do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que, entre outros dispositivos (veja o infográfico), estabelece que os bingos continuarão funcionando nas condições atuais até 31 de dezembro de 2001.



Maguito Vilela preparou substitutivo à MP que também faz mudanças na Lei do Passe

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

CAE vota amanhã aumento de recursos para o Fundo Nacional de Cultura

Comissão também deve examinar projetos de resolução que autorizam os municípios a tomar empréstimos com a CEF para financiar programas de modernização das administrações

Dois projetos em tramitação conjunta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) propõem a elevação, de 1% para 3%, do percentual da arrecadação das loterias federais que deve ser transferido ao Fundo Nacional de Cultura (FNC). As propostas, apresentadas pelo deputado Ubiratan Aguiar – esta, já aprovada pela Câmara dos Deputados – e pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), devem ser votadas pela CAE amanhã.

O relator das matérias, senador Pedro Piva (PSDB-SP), é favorável à aprovação. Em seu relatório, cita dados da Caixa Econômica Federal (CEF), segundo os quais os recursos transferidos para o FNC devem passar de R\$ 25 milhões para R\$ 75 milhões por ano.

Também estão tramitando conjuntamente na CAE dois projetos de resolução, apresentados pelos senadores José Roberto Arruda e Jorge Bornhausen (PFL-SC), que autorizam os municípios a tomar empréstimos com a CEF para financiar programas de fortalecimento e modernização das administrações. O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), é favorável à proposta.

A CAE deve votar ainda projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo que trata do aumento de capital das empresas públicas ou sociedades de economia mista



sob controle da União. A proposta original transferia da Presidência da República para o Ministério da Fazenda a competência para dar autorizações sobre aumento de capital. Na Câmara dos Deputados, o projeto foi modificado

para se adequar à nova estrutura ministerial, passando essa competência para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), é favorável à proposta aprovada pelos deputados.

Em caráter terminativo, a CAE



Arruda quer mais recursos para o Fundo Nacional de Cultura

analisa projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que proíbe a exposição e a venda, no Brasil, de cigarros e cervejas em lata destinados à exportação. Para possibilitar a fiscalização, esses produtos terão tarja vermelha (ou verde, caso a embalagem seja vermelha), com a inscrição: “Produto para exportação – venda proibida no Brasil”. O voto do relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), é favorável. Devido ao caráter terminativo, a aprovação ou rejeição pela comissão

representa a decisão final do Senado Federal, salvo se for apresentado recurso para sua votação em Plenário.

Entre os dez itens da pauta estão ainda dois empréstimos do Brasil junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau, da Alemanha, para financiar o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. Os empréstimos, que têm pareceres favoráveis dos relatores, senadores Luiz Estevão (PMDB-DF) e Edison Lobão, totalizam 3,23 milhões de euros. A reunião da comissão está marcada para as 10 horas.

Pauta da CAE inclui proibição da venda, no Brasil, de cigarros e cervejas destinados à exportação



Marina critica a ausência de lei que fixe critérios de acesso aos recursos da biodiversidade

Marina pede informações sobre acordo em torno da biodiversidade

A senadora Marina Silva (PT-AC) solicitou ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, toda documentação referente ao acordo entre a multinacional suíça Novartis Pharma e a Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Bioamazônia). Segundo ela, o acordo vem sendo criticado por entidades ambientais e causou indignação no próprio governo.

Conforme Marina, o Ministério do Meio Ambiente divulgou nota em que declara não reconhecer valor legal no contrato. A Bioamazônia contesta o ministério, afirmando que seu estatuto permite o convênio e que as atividades serão regidas pela Convenção de Biodiversidade, da qual o Brasil é signatário.

O objetivo do acordo é coletar 10 mil microorganismos na Amazônia e identificar substâncias que tenham potencial industrial. Desse modo, a Bioamazônia será a proprietária de todas as cepas (linhagens de microorganismos) que identificar, o que viria a lhe garantir retorno financeiro com base em royalties sobre produtos desenvolvidos.

A senadora disse ainda que o governo apresentou uma proposta de emenda à Constituição estabelecendo que o patrimônio genético seja considerado bem da União. Segundo ela, a PEC, criticada por juristas, deixa uma suspeita no ar.

– Parece que o governo quer ser dono do patrimônio genético para poder cedê-lo privativamente, sem qualquer responsabilidade quanto aos preceitos da Convenção da Biodiversidade – afirmou.

Marina criticou a ausência de lei que fixe critérios de acesso aos recursos da biodiversidade e lembrou propostas de sua autoria, do deputado Jacques Wagner (PT-BA) e do próprio governo, que tramitam juntas na Câmara, mas “estão dormindo nas gavetas”.

Martus Tavares explica o contingenciamento de verbas

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, deverá comparecer amanhã, às 14 horas, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para explicar o contingenciamento e as restrições para a liberação de recursos, no valor de R\$ 7 bilhões, já previstos no Orçamento Geral da União para este ano. A audiência pública estava prevista para quarta-feira passada, mas não foi realizada em virtude de os deputados estarem envolvidos em votações importantes na Câmara.

Além de falar sobre os cortes no Orçamento, Martus Tavares deverá explicar os novos pontos que compõem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2001, mudado em decorrência da aprovação do Plano Plurianual (PPA), obedecendo à nova metodologia do Orçamento Geral da União.

O Orçamento da União para este ano foi aprovado pelo Congresso no dia 12 do mês passado. Acolhida pela Comissão de Orçamento e pelo Plenário do Congresso, a proposta fixou um aumento de 83,4% nos investi-



A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ouvirá amanhã o ministro do Planejamento

mentos, em relação ao texto original enviado pelo Executivo. Com isso, foram acrescidos aos R\$ 6,8 bilhões previstos no texto do Executivo outros R\$ 5,7 bilhões, destinados a obras de

infra-estrutura, programas de saúde, educação e agricultura. Com tais alterações, o total de investimentos aprovados pelo Congresso passou para R\$ 12,5 bilhões.

Execução de emendas ao Orçamento pode ser obrigatória

Proposta do senador José Alencar que será examinada quarta-feira pela CCJ veda ao Poder Executivo o cancelamento ou contingenciamento, total ou parcial, dos recursos aprovados pelo Legislativo

Em reunião convocada para quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apreciará parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a proposta de emenda constitucional que torna obrigatória a execução orçamentária de programas decorrentes de emendas parlamentares, que têm representado menos de 5% do Orçamento da União.

De iniciativa do senador José Alencar (PMDB-MG), a PEC estabelece que as emendas feitas pelo Congresso deverão ser claramente

identificadas na lei orçamentária anual, vedando ao Poder Executivo o cancelamento ou contingenciamento, total ou parcial, dos recursos aprovados pelo Poder Legislativo. O descumprimento da obrigatoriedade instituída pela PEC implicará crime de responsabilidade.

Atualmente, lembra José Alencar na justificativa de sua proposta, cada parlamentar pode apresentar até 20 emendas dentro do valor-limite de R\$ 1,5 milhão. No Orçamento para 2000, as emendas parlamentares significam menos de 0,1%. Apesar dessa parti-

cipação subsidiária nos gastos da União, diz o senador, as emendas dos parlamentares que passam a integrar a programação orçamentária por decisão do Plenário do Congresso têm sido tratadas como letra morta pelo Executivo, que relega a segundo plano as prioridades aprovadas pelo Legislativo, além de utilizá-las como instrumento de barganha política.

— Quando o Poder Executivo tem interesse em aprovar, no Congresso Nacional, projetos que se mostram altamente polêmicos,



José Alencar observa que as emendas dos parlamentares têm sido relegadas pelo Executivo

logo surge a possibilidade de liberação de recursos para execução desta ou daquela obra, sob o argumento de que as reivindicações são meritorias — observa José Alencar.

Dois outros pareceres favoráveis a PECs também serão apreciados pela CCJ. O senador Iris Rezende (PMDB-GO) recomenda, como relator, a aprovação da proposta de Romeu Tuma (PFL-SP) de constituir guardas municipais. O senador Amir Lando (PMDB-RO) é favorável à PEC apresentada por Roberto Requião (PMDB-PR) para

assegurar ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar crimes financeiros. Essa PEC atende às conclusões do relatório final da CPI dos Precatórios.

Constam ainda da pauta da reunião da CCJ cinco pareceres favoráveis a projetos de lei do Senado que serão apreciados pela comissão, de caráter terminativo, entre os quais está o projeto que atualiza o conceito de terrenos de marinha, apresentado por Paulo Hartung (PPS-ES); o que regulamenta a nomeação para cargos em comissão, de Roberto Requião; e o que estende aos presidentes das juntas de Conciliação e Julgamento e aos juizes de direito a faculdade de conceder o benefício da Justiça gratuita.

TV Senado assina convênio com o Ministério da Cultura

Um convênio firmado entre a TV Senado e o Ministério da Cultura vai garantir a transmissão da mais recente produção brasileira de curtas-metragens, vídeos e documentários viabilizados a partir de prêmios e concursos públicos patrocinados pelo MinC. O documento foi assinado pelo diretor de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita; pelo ministro da Cultura, Francisco Weffort; pelo secretário de Audiovisual, José Álvaro Moisés; e pela diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli.

— Temos o maior interesse na parceria com a TV Senado para a divulgação daquilo que se faz no

ministério. Além da coleção de 50 vídeos muito recentes e extremamente interessantes, que serão inicialmente disponibilizados, temos uma série de projetos da divisão de audiovisual do Ministério da Cultura, que poderemos projetar — afirmou Francisco Weffort, salientando a política do ministério de estímulo ao cinema brasileiro.

Entre os títulos que serão transmitidos pela TV Senado estão *A Alma do Negócio*, *Castelos de Vento*, *A Clandestina Felicidade*, *Maracatus e O Bailarino e a Contorcionista*. Atualmente, esses trabalhos são projetados apenas em salas públicas e centros culturais.

Coral do Senado homenageia os 500 anos do Descobrimento

Em homenagem aos 500 anos do Descobrimento do Brasil, o Senado Federal promoverá concerto amanhã, às 21h, na Sala Martins Penna, com a apresentação do Coral do Senado, acompanhado por vários artistas da cidade. Com entrada franca, o espetáculo terá a participação de Nivaldo do Acordeon, do Quarteto de Cordas e do grupo infantil Vozes do Caminho.

O Coral do Senado vai apresentar um repertório que procura montar um mosaico das raízes do Brasil, com peças consagradas na tradição regionalista, sem esquecer grandes obras da música popular brasileira, como *Aquarela do*

Brasil, Eu sei que Vou te Amar, Cio da Terra e Trem do Pantanal.

Sob o comando da maestrina Glicínia Mendes, o coral comemora, nesse concerto, o seu quarto ano de vida e o lançamento do seu primeiro CD, que não será distribuído comercialmente. A gravação destina-se a apresentar autoridades estrangeiras que visitam o Congresso.

O grupo participou de vários festivais e já fez dezenas de apresentações em Brasília e outras cidades. Quem quiser obter mais informações sobre o coral poderá visitar sua *homepage*, acessando o *site* do Senado na Internet (www.senado.gov.br).

Conselho de Ética decidirá sobre novas diligências pedidas pela defesa de Estevão

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deverá decidir, em reunião marcada para as 9 horas de quarta-feira, se aceita o pedido feito pelos advogados de defesa do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) para ouvir mais dez testemunhas e realizar novas diligências no processo que pede a cassação do mandato do senador por quebra de decoro parlamentar.

O requerimento da defesa foi encaminhado na última quarta-feira, via fax, ao presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que já informou sobre o pedido aos demais membros do órgão. A defesa pede também que sejam anexados à matéria dois novos processos contra Estevão: um impetrado pela Procuradoria Regional Eleitoral, que se encontra no Supremo Tribunal Federal (por crime eleitoral) e outro, da parte do Ministério Público Federal, que trata de crime contra a ordem tributária.

— O presidente do conselho poderá decidir sozinho ou submeter o pedido à apreciação dos integrantes do colegiado, mas a tendência é que a solicitação não seja atendida, pois os senadores sabem que não passa de uma medida protelatória do



Tebet recebeu requerimento da defesa e já comunicou aos demais membros do conselho



Defesa do senador Luiz Estevão pede novas diligências e depoimento de mais testemunhas

acusado — afirmou o senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo.

Caso não seja acatado o pedido, a reunião de quarta será destinada à exposição da defesa de Estevão e à votação do relatório elaborado por Jefferson. Nele, o relator recomenda a cassação do mandato de Estevão sob a argumentação de que ele teria cometido desvios éticos de conduta e ilícitos penais, relacionados principalmente à participação de suas empresas nas obras superfaturadas do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Todas as acusações são negadas por Luiz Estevão.

O relatório afirma que ocorreram outras irregularidades, como a pressão, por parte de

Luiz Estevão, a funcionários que trabalhavam na CPI do Judiciário e ao relator-adjunto do Orçamento em 1999, deputado João Fassarella (PT-MG). Considera ainda que o senador, em decorrência disso, não consegue exercer devidamente suas funções e também constribe seus colegas.

A sessão do conselho para avaliação do relatório do senador Jefferson Péres poderá acontecer de forma secreta, se assim decidirem os senadores, já que a resolução que define o funcionamento do órgão não trata essa questão de forma específica. Já a votação deverá ser nominal e secreta, nos moldes do que estabelece o Regimento Interno para sessões similares em Plenário.



CARTAS

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 – A Voz do Cidadão

Voto de louvor para o *Jornal do Senado*

Em decorrência de requerimento da lavra do nobre vereador Márcio Camilo de Oliveira, procedemos à transcrição nos Anais desta Casa de leis de um voto de louvor e congratulações com o *Jornal do Senado* pela publicação do excelente suplemento intitulado *Histórias do Brasil*.

Sendo só o que se nos oferece para o momento, prevalecemos-nos desta oportunidade para reiterar-lhe, senhor diretor, o testemunho de nossa estima e consideração, sentimentos estes com que folgamos em nos subscrever.

Omar José Ozi, Presidente da Câmara Municipal de Itapetininga (SP).

Elogio à linguagem simples do suplemento

Venho cumprimentá-lo pelo excelente suplemento *Histórias do Brasil*, inserido como encarte no *Jornal do Senado*, cuja excelência informativa já é de todos conhecida. O referido suplemento possui linguagem leve e simples, sem contudo deixar de transmitir um rico conteúdo de fatos de nosso passado. Verdadeiramente, uma iniciativa louvável.

Aproveito para sugerir matérias sobre alguns grandes nomes do Senado do Brasil como, por exemplo, Bernardo Pereira de Vasconcelos, considerado pelo Barão do Rio Branco como "o pai do parlamentarismo brasileiro". Gostaria de obter informações sobre o projeto *O Senado na História*.

José Roberto V. Nunes, Câmara Municipal de Comendador Levy Gasparian (RJ).

Imparcialidade no tratamento dos fatos

Sou assinante do *Jornal do Senado* e tenho me sentido orgulhoso pela seriedade, imparcialidade e transparência com que o jornal trata das ações políticas desempenhadas pelos parlamentares do Senado Federal.

Gostaria de parabenizá-los, no momento, pela obra *Histórias do Brasil*, que é publicada juntamente com aquele mencionado folheto e tem possibilitado à sociedade brasileira averiguar a impressão daquela Casa legislativa frente à história deste país.

Acontece que eu recebi os encartes de nº 01 e 03, mas não me enviaram o encarte *Histórias do Brasil nº 02*. Em face disto, venho solicitar a V. Sa., se possível e disponível, o envio à minha residência, do exemplar que me falta.

Marcelo Costa Fadel, Rio de Janeiro (RJ).

Resposta dos senadores para A Voz do Cidadão

Gostaria que o *Jornal do Senado* examinasse a possibilidade de realizar ou publicar uma campanha para que todos os senadores respondessem às críticas, sugestões e pedidos de informações colhidas através da *A Voz do Cidadão*. Assim como os deputados dão uma atenção aos cidadãos, seria muito elegante que os senadores fizessem o mesmo, o que enobreceria mais o serviço *A Voz do Cidadão*.

Daniel Henrique Miguel, Poços de Caldas (MG).

Transparência e impressão gráfica exemplar

Quero lembrar que, no dia 09/12/99, recebi o encarte que registra o número 1.000 do *Jornal do Senado*, com tiragem de 45 mil exemplares. Hoje, tenho orgulho de ser assinante desse informativo, que, sei, continuará sendo um marco de transparência, com impressão gráfica exemplar e cada vez mais eficiente. Parabênico ao diretor do *Jornal do Senado*, sr. José do Carmo Andrade, e os demais integrantes desse periódico.

Carlos Cezar Nunes Correa, Niterói (RJ).

Diretor sugere criação de agência nacional do cinema

Cacá Diegues propõe que setor do audiovisual tenha órgão para gerenciar política de incentivo, subordinado à Presidência da República

O diretor e produtor de cinema Cacá Diegues defendeu, durante reunião da Subcomissão do Cinema Brasileiro, a criação de uma Agência Nacional para o Audiovisual, ligada diretamente à Presidência da República. De acordo com a proposta, o setor passaria a dispor de uma agência nos mesmos moldes em que foram criadas as agências de petróleo e energia elétrica, entre outras. A proposta foi apresentada na última quinta-feira, durante a sétima audiência pública realizada pela subcomissão, que é ligada à Comissão de Educação.

O autor de *Bye Bye Brasil* e *Chica da Silva*, entre outros longas-metragens, afirmou que, apesar de o cinema brasileiro já ter mais de 100 anos e de sua história ser uma sucessão de ciclos e crises, o momento justificaria uma mobilização, tendo o Estado como mediador. "Algumas medidas devem ser tomadas, o cinema precisa do apoio dos poderes político e econômico para evitar que nos tornemos um mistério arqueológico vivo", disse o cineasta.

Diante da ocupação do circuito nacional de exibição pela produção norte-americana, Diegues recomendou a adoção de medidas para que o cinema brasileiro se torne uma atividade permanente, inspirada nas tendências de mercado. "Mas sem a hipocrisia da ausência do Estado a qualquer preço", sugeriu.

"Atualmente, os filmes brasileiros estão condenados a um número de espectadores pelo me-

nos dez vezes inferior a seu potencial e a apenas 25% do seu potencial de renda", observou Diegues. Ele lembrou, no entanto, que em 1978, por exemplo, o espaço ocupado pelo cinema local alcançou 45% do mercado.

Na avaliação do cineasta, uma das falhas da atual política para o setor é a parcialidade da legislação, que ignora o processo de distribuição dos filmes, o qual, juntamente com a produção e a exibição, forma a estrutura básica do setor. Apesar de ter proporcionado a retomada da produção de longa-metragem, criticou, a Lei do Audiovisual, que viabiliza a captação de recursos junto às empresas, só cuida da produção. "Se este problema não for resolvido, a Lei do Audiovisual poderá, na melhor das hipóteses, estar apenas fundando a maior indústria de filmes inéditos do mundo", alertou.

As dificuldades para a indústria do audiovisual se agravam ainda mais no Brasil, acrescentou o ci-

neasta, porque a televisão, que poderia ser a grande aliada do setor, prefere veicular o que chamou de "a sucata internacional", que sai muito mais barata.

Ele argumentou que, além dos Estados Unidos, nenhum outro país tem mercado interno de salas suficiente para manter uma indústria cinematográfica. Apesar disso, segundo Diegues, enquanto nos EUA e na Europa as TVs locais são mercados de primeira para os produtos locais, no Brasil "nosso audiovisual não passa de brechó para nossa televisão".

Como parte da estratégia para superar os obstáculos que freiam o êxito do audiovisual no Brasil, ele lembrou que a solução nos países sem mercado interno são os chamados mercados ancilares (que compreendem a produção audiovisual fora do cinema), responsável por 75% do total da renda, e a intervenção do Estado através de financiamento, cotas e premiações.



Cacá Diegues (o segundo da esquerda para a direita): o momento justifica uma forte mobilização em favor do cinema brasileiro

Diegues quer leis que estimulem, e não punam

Além da criação da Agência do Audiovisual, Cacá Diegues encaminhou à Subcomissão de Cinema diversas outras propostas, desde a manutenção do parágrafo primeiro da Lei do Audiovisual, para garantir a existência da produção independente e autoral, à premiação como norma, em lugar da punição.

Para o diretor, chega de leis que punem e proíbem:

— É preciso fazer leis que premiem e estimulem; leis a favor de todos os setores a que elas estão se dirigindo. O cinema brasileiro precisa ser um bom negócio, um moti-

vo de satisfação para todos os agentes do mercado — propôs.

Entre as propostas, destacam-se a expansão do circuito popular, através de isenções do ISS e IPTU para a construção e manutenção de cinemas em pequenas cidades; estímulo a alianças com as distribuidoras de filmes estrangeiros; e, a criação de um sistema permanente de financiamento direto para curtas e longas-metragens de estreantes ou experimentais.

No que se refere à televisão e ao cinema, Cacá Diegues defendeu uma integração entre as duas eco-

nomias, como fator indispensável ao crescimento de ambos e à sua expansão internacional. É nesse momento que o diretor identifica a importância da intervenção do Estado como elemento mediador:

— Não se pode impor às TVs um sistema aleatório, é preciso que o Estado medie o diálogo entre TV e cinema para que os dois encontrem a melhor forma de associação. Responsável pelas concessões públicas de televisões, o Estado brasileiro representa o contribuinte; em última análise, o espaço do qual a TV é inquilina — disse ele.

Suplicy alerta para dados do Ipea sobre trabalho infantil

Pesquisa do instituto identificou 370 mil menores de 16 anos exercendo serviços domésticos, fato que preocupa o senador

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou em Plenário, na sexta-feira, para a gravidade dos números do estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que identificou 370 mil menores de 16 anos exercendo serviços domésticos no país. De acordo com a pesquisa, divulgada em seminário sobre a erradicação do trabalho doméstico infantil, esse universo representa 8% de todas as formas de trabalho infantil e dos 4,4 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil.

Com base em reportagem publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, Suplicy relatou que 90% das crianças e adolescentes nesta situação são do sexo feminino; 62% são filhas de pais pobres, de cor preta ou parda; 90% estão na faixa etária de dez aos 16 anos, têm pouca escolaridade e enfrentam jornada semanal média de 42 horas. Embora as regiões Nordeste e Sudeste detenham mais de dois terços deste contingente, a Centro-Oeste apresenta a segunda maior taxa de incidência de trabalho doméstico infantil: 36% contra 20% da média nacional.



Eduardo Suplicy condenou declarações de Erundina contra o programa de renda mínima

Para ilustrar a gravidade do cenário, o senador petista chegou a reproduzir as palavras da coordenadora da pesquisa do Ipea, Lena Lavinas, que considera o trabalho doméstico infantil “uma lacuna mais melindrosa e de difícil apreensão do que a evidência do perigo nas carvoarias”. Na opinião da pesquisadora, hábitos enraizados na sociedade brasileira perpetuam essa exploração, sendo comum famílias pobres entregarem a criança para que seja “criada” por outra família, ato que leva a patroa a

se sentir “generosa” em abrigá-la como doméstica.

RENDA MÍNIMA

Diante da atração da remuneração do emprego doméstico – a mais alta dentre as demais atividades de trabalho infantil – e do reforço que garante à renda familiar, Suplicy sugeriu como saída uma consulta à população carente sobre se prefere os benefícios do programa de cestas básicas ou da renda mínima. “Tenho a convicção de que o povo, por larga margem, vai preferir a liberdade de escolher como gastar a renda a deixar o governo definir o que devem comer”, arriscou.

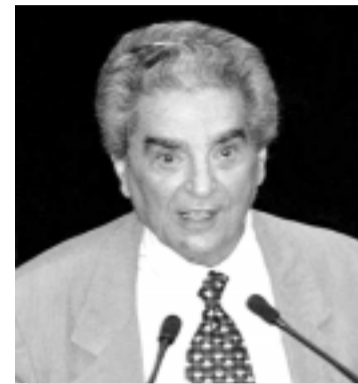
Suplicy também rechaçou argumentos recentes da deputada federal Luíza Erundina (PSB-SP), que considerou a administração da capital paulista carente de recursos para prover o programa de renda mínima. O senador estranhou as declarações da ex-prefeita de São Paulo, que também se colocou contra a iniciativa, qualificada por ela de “neoliberal e não-prioritária”. Suplicy lembrou que a proposta constava de seu programa de governo em 1996.

Bessa aplaude católicos por abrirem campanha para mais seis igrejas

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) aplaudiu a decisão da Igreja Católica Apostólica Romana de descentralizar a Campanha da Fraternidade, compartilhando a celebração da Quaresma e da Semana Santa com mais seis igrejas, com o objetivo de vivenciar a preparação e a renovação da Páscoa.

Djalma Bessa informou que o objetivo geral da campanha, denominada *Dignidade Humana e Paz 2000: Novo Milênio sem Exclusões*, consiste em unir as igrejas cristãs no testemunho comum da promoção de uma vida digna para todos, na denúncia das ameaças à dignidade humana e no anúncio do evangelho da paz.

A campanha, de acordo com o senador, defende ainda os direitos das minorias frágeis e marginalizadas, a luta pela adoção de políticas sociais e democráticas, bem como o repúdio ao *apartheid* social e econômico vigente. Ele entende que a união das igrejas



Djalma Bessa vê na Campanha da Fraternidade deste ano um mutirão de ações libertadoras

representa a valorização do direito de participação, de diálogo e de acolhimento fraterno dos excluídos.

– A campanha pretende mobilizar um mutirão de ações libertadoras pelas quais os cristãos possam, concretamente, contribuir para o surgimento de mudanças substanciais nas condições de vida do país – observou Djalma Bessa.

Patrocínio destaca criação de universidade federal no Tocantins

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou requerimento de aplauso ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelo envio à Câmara dos Deputados de mensagem que cria a Fundação Universidade Federal de Tocantins. O requerimento, que deverá ser votado amanhã, é resultado de “uma luta de mais de 10 anos” do estado, segundo recordou o senador.

Carlos Patrocínio espera que a criação da Universidade do Tocantins tenha tramitação rápida no Congresso Nacional. A matéria será examinada pelas comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Educação da Câmara dos Deputados, como Projeto de Lei 3.126/2000. Se aprovada, será enviada em seguida ao Senado Federal. Patrocínio destacou que, desde a década de 70, os representantes do então norte de Goiás pediam uma universidade pública na região. Com a criação do Tocantins, a luta foi revigorada. “O Tocantins deve ter as mesmas prerrogativas dos outros esta-

dos”, afirmou.

O senador disse que o projeto é resultado de trabalho em equipe do governador do Tocantins, Siqueira Campos, e da bancada federal do estado. Patrocínio agradeceu o apoio das autoridades e dos senadores da legislatura passada (todos os 81 e mais dois suplentes) que assinaram documento pedindo a criação da universidade.

Também no encaminhamento da votação, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou ser testemunha da luta pela criação da universidade e considerou o projeto uma vitória importante da região. “Era uma lacuna injustificável”, disse. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou que a universidade é um importante instrumento de mudança para o povo e será importante para a discussão e ampliação dos horizontes do estado. Em nome da liderança do governo, Jucá cumprimentou o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, pela iniciativa.

Calheiros propõe divulgação de direitos de beneficiários de seguro obrigatório

Preocupado com a falta de informação dos cidadãos, em especial as pessoas mais simples, em relação a seus direitos de seguro nos casos de acidentes de trânsito, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou projeto de lei obrigando a aplicação de 5% do total de prêmios de seguro em campanhas de divulgação do sistema.

O parlamentar propõe, ainda, que as pessoas envolvidas em acidentes de trânsito, pobres ou desempregadas, terão preferência para receber indenização e despesas de assistência médica e suplementares, bem como o tratamento hospitalar público ou privado conveniado. Renan define como “pobre”, em seu projeto, as vítimas de acidentes de trânsito que tenham remuneração igual ou menor que três salários mínimos.

Distribuído para exame das comissões de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto terá votação terminativa na CAE, caso seja aprovado pela CCJ. A decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos leva a proposta diretamente para a Câmara dos Deputados, em caso de aprovação, sem a necessidade de passar pelo Plenário do Senado.

Ao justificar seu projeto, Renan Calheiros argumenta que “em razão da pouca divulgação das coberturas do seguro (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT), da ação de agentes inescrupulosos que intervêm no processo de cobrança das indenizações para lesar os verdadeiros beneficiários do seguro, de desrespeito e do abuso perpetrados pelas seguradoras contra os cidadãos na hora de pagar os benefícios, adicionado ao notório mau atendimento



Renan Calheiros também quer prioridade para os cidadãos mais pobres no recebimento do seguro

do acidentado no sistema hospitalar, o DPVAT encontra-se em uma situação que está a merecer uma melhor normatização”.

Em função das deficiências apontadas, inclusive com relação à escassa divulgação sobre os direitos das pessoas a esse seguro, Calheiros revela que em 1998 foram arrecadados R\$ 1,018 bilhões, mas apenas R\$ 327 milhões foram pagos às vítimas de acidentes. No ano passado, para uma arrecadação de R\$ 1,151 bilhão pela Fenaseg (Federação Nacional de Seguradoras), somente R\$ 251 milhões foram pagos aos beneficiários.

Tião Viana acredita que saúde terá mais recursos

Segundo o parlamentar, o Senado aprovará a proposta de emenda constitucional, injetando no setor verbas que permitirão ao país superar “problemas seculares, como a mortalidade infantil e as doenças endêmicas”

O senador Tião Viana (PT-AC) disse que o Plenário do Senado deve aprovar, ainda neste primeiro semestre, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional estabelecendo a aplicação de percentuais mínimos das receitas da União, dos estados e dos municípios nos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Caso a PEC venha a ser aprovada, serão injetados no setor da saúde, conforme informou, nada menos do que R\$ 6 bilhões, somente no primeiro ano de vigência das novas regras.

— Existe um clima político muito favorável dentro do Congresso para que a chamada PEC da Saúde seja aprovada — disse Tião Viana,

na, ao lembrar que o próprio presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, vem lutando para que a proposta entre em pauta o mais rápido possível.

Para ele, a conduta do presidente do Senado em apoiar a emenda constitucional “é um gesto de respeito à saúde do país”.

Entende Tião Viana que a partir da aprovação da emenda constitucional, o Brasil poderá ficar, ao longo dos anos, em igualdade de condições com os países mais desenvolvidos do mundo na área da saúde, a exemplo do Canadá, uma vez que o presidente da República, governadores e prefeitos terão de aplicar, obrigatoriamente, recursos no setor. Somente a União,



Tião Viana elogiou a decisão de Antonio Carlos de pôr rapidamente em votação a PEC da Saúde

caso a proposta seja aprovada, terá de desembolsar 12% do orçamento para a saúde.

Tião Viana, que é médico, observou que a emenda, já aprovada pela Câmara, está sendo aplaudida por todos os setores ligados à saúde, pois irá beneficiar diretamente cerca de 125 milhões de brasileiros. Com ela, a seu ver, “o país, certamente, poderá por um fim a problemas seculares, como a mortalidade infantil e as doenças endêmicas, além de aumentar a expectativa de vida dos brasileiros”.

PROGRESSO NO ACRE

Na mesma ocasião, Tião Viana registrou, com base em recentes estudos, o crescimento da economia acreana depois que o governo estadual criou um programa de apoio às empresas.

O parlamentar informou que o

governo do Acre dá um importante passo na busca do pleno desenvolvimento, além de combater o desemprego e elevar o padrão sócio-econômico.

Tião Viana leu matéria publicada no jornal *Rio Branco*, do Acre, que, sob o título “Franca Ascensão”, revela aumento no lucro das empresas e uma expansão dos setores da construção civil, transporte e indústria no estado.

O senador também destacou a parceria entre o governo do Acre e o Ministério de Minas e Energia, destinada a instalar cerca de 1.700 quilômetros de energia elétrica no campo. “Tal decisão irá ajudar a quebrar um problema crônico: o êxodo rural”, previu Tião Viana.

Renan Calheiros cobra pressa do Senado na apreciação da matéria

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) cobrou em Plenário pressa ao Senado na votação da proposta de emenda constitucional (PEC) que vincula recursos orçamentários dos três níveis de administração à Saúde Pública. “Não seria lícito de nossa parte, tendo em vista a fragilidade do sistema de saúde, conferir a essa emenda uma conotação exclusivamente política”, apelou.

Calheiros lembrou que a PEC da Saúde teve, na Câmara, apenas três votos contrários, enquanto no Senado passou por ampla discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). “Após intensos debates sobre o assunto, não pude observar nenhuma crítica consistente à proposta”, destacou, reiterando a urgência na votação da matéria.

TRAGÉDIA SOCIAL

Ele afirmou que a vinculação de 12% a 15% do Orçamento para a saúde nos estados e municípios, além da vinculação orçamentária da União, vai representar uma injeção de cerca de R\$ 7 bilhões no setor. O senador alagoano aproveitou para criticar as restrições à proposta pela equipe econômica do governo, declarando que as ações em saúde não podem ser dimensionadas “pelas equações contábeis dos economistas, que tendem a transformar tragédias sociais em estatísticas residuais”.

Convencido da “importância social inquestionável” da PEC da Saúde, Calheiros aproveitou o ensejo para lançar a proposta de atrelamento de recursos orçamentários para a segurança pública, “que hoje está orfã de fontes de financiamento”. Conforme o senador alagoano, a indefinição de recursos para a área “nos conduz ao pódio lamentável de país mais violento do mundo”.



Renan Calheiros rebateu as restrições feitas à proposta por integrantes da equipe econômica

TV Senado

Política e muito mais

Cultura

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, a filmes nacionais, debate sobre arte, cinema, música. Viaje ainda pelo país com o programa *Cores do Brasil* que mostra paisagens e costumes de cada região.

TV SENADO
Você no cenário da política nacional

Propaganda falsa de remédio deve ser punida, afirma Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) alertou, na última sexta-feira, para os perigos da propaganda enganosa, veiculada pelo rádio e pela TV, de medicamentos e produtos de beleza que iludem o consumidor ao prometerem crescimento de cabelo, aumento da potência sexual, emagrecimento recorde ou o fim do vício de fumar, das estrias e da celulite.

— Esses produtos, frequentemente importados, prometem o mundo e são objeto de intensa publicidade. Muitas vezes, sequer foram analisados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Por isso, apresentei projeto de lei exigindo que esses anúncios incluam o número do registro na ANVS, sob pena de multas e sanções impostas aos comerciantes desses produtos e também às emissoras de rádio e TV que veiculam a propaganda — disse o senador.

Segundo Jucá, o projeto já foi aprovado no Senado e está tramitando na Câmara. Ele lembrou que a CPI dos Medicamentos incluiu, entre suas recomendações, a imediata aprovação do projeto, por entender que ele servirá para moralizar o comércio desse tipo de produto e proteger o consumidor.

BANCO DA AMAZÔNIA

Jucá manifestou-se, ainda, contrário ao projeto do governo de transformar o Banco da Amazô-



Jucá também criticou o plano do governo federal de transformar o Basa em agência de fomento

nia (Basa) em agência de fomento, incorporando-o à Superintendência da Amazônia (Sudam).

— Os dois organismos têm objetivos diferentes. O Basa tem capilaridade e atende a muitas localidades em que é o único banco à disposição da população — afirmou o senador por Roraima.

Por isso, o senador apelou ao governo para que ouça os parlamentares das bancadas federais dos estados da região, antes de efetivar a incorporação.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apoiou a posição de Jucá em defesa do Basa, afirmando que o banco tem uma relevante folha de serviços prestados à população da região Norte, sendo “muito diferente dos bancos Marka e FonteCidam”.

Atentados em cidade do Piauí preocupam Hugo Napoleão

Senador pede que o Ministério da Justiça e a Polícia Federal auxiliem na apuração de crimes contra integrantes do PFL em Luzilândia

O líder do PFL, senador Hugo Napoleão, alertou em discurso pronunciado na sexta-feira para a seqüência de atentados em Luzilândia, no Piauí. O mais recente foi a explosão de uma bomba em frente à casa do pré-candidato do PFL à prefeitura da cidade, o ex-deputado estadual Ismar Marques. O senador criticou a falta de ação das autoridades policiais do estado e pediu que o Ministério da Justiça e a Polícia Federal auxiliem na apuração deste e de outros crimes que vêm acontecendo contra pefelistas em Luzilândia.

“Não quero que Luzilândia se torne uma praça de guerra”, afirmou Hugo Napoleão, que recebeu uma carta de Ismar Marques relatando o atentado e enviou cópias ao Ministério da Jus-



Hugo Napoleão: “Não quero que Luzilândia se torne uma praça de guerra”

tiça e à Polícia Federal, pedindo providências.

Napoleão narrou outros episódios de violência em Luzilândia. Segundo ele, em 1997 o pre-

feito da cidade, Raimundo Marques, foi assassinado em um posto de gasolina. Mais tarde, José Aguiar Marques, também do PFL, sofreu atentado à bala em praça pública. “Todos viram quem cometeu o crime, mas nada foi feito pelas autoridades de segurança pública”, denunciou o senador.

O líder do PFL está especialmente preocupado com a possibilidade de atos de violência durante a convenção do partido que escolherá, no próximo dia 25, o candidato à prefeitura da cidade. Hugo Napoleão destacou que o povo piauiense é forte, bravo, e vem dando exemplos dessa coragem na História do Brasil, como na Guerra do Paraguai e durante a declaração de independência.

Fogaça saúda uniformização de estatísticas no Mercosul

O senador José Fogaça (PMDB-RS) comemorou a formalização, na Argentina, de acordos para uniformização de estatísticas econômicas do Mercosul. Os acordos objetivam estabelecer, até setembro próximo, regras comuns para que elementos da economia, como o Produto Interno Bruto (PIB), o déficit público e a dívida pública dos países do bloco, possam ser comparáveis.

Fogaça, que é vice-presidente da Comissão Mista do Mercosul no Congresso Nacional, considera a adoção de critérios comuns para indicadores econômicos um passo estratégico, fundamental para que os países do Mercosul avancem no rumo de uma política monetária comum e, conseqüentemente, de uma moeda única.

— A partir dessa reunião de Buenos Aires, os números já poderão ser comparáveis entre si nos diversos campos da economia. Hoje, é quase impossível estabelecer um cotejo adequado entre dados estatísticos da Argentina e do Brasil. Pode-se estar comparando alhos com bugalhos, o que não leva a uma aferição correta do comportamento econômico nos diversos países — afirmou Fogaça.

Com esse acordo, acrescentou o senador, poderá ser dado novo passo no rumo da harmonização de políticas macroeconômicas,



Para Fogaça, agora o Mercosul poderá avançar no rumo de uma política monetária comum

que busquem atingir um nível de segurança institucional e econômica dos diversos países do Mercosul, “que só acontece se houver controle consistente das finanças públicas”.

Fogaça citou o déficit público como exemplo de indicadores que precisam ser comparáveis. Enquanto no Brasil o déficit público leva em consideração o desempenho das contas de municípios, de estados e da União, na Argentina esse indicador é medido apenas a partir do resultado das finanças federais.

O senador lembrou ainda que o Tratado de Maastricht, firmado pelos países da então Comunidade

Europeia no início da década de 90, fornece o modelo padrão para garantir a estabilidade monetária necessária à unificação dos mercados e da moeda. Segundo Fogaça, o tratado europeu exigiu que os países do pacto cumprissem três requisitos indispensáveis: não ultrapassar 3% do PIB em déficit público, não ter dívida pública maior que 60% do PIB e não ter inflação maior que 1,5% acima da média de outros cinco países da Comunidade Europeia.

— Foram essas condições que permitiram a constituição hoje vitoriosa da União Europeia, sustentando uma moeda única, que é o Euro — afirmou o senador, que lamentou o fato de a imprensa não ter dado o destaque necessário ao acordo de harmonização dos indicadores estatísticos, em processo na capital argentina.

O senador lembrou que o Tratado de Maastricht fez com que a Irlanda adotasse a rigidez fiscal necessária para se reerguer e encontrar mercado no mundo, principalmente na Europa, como nunca havia encontrado antes.

— Esse passo é um processo de convergência e amadurecimento institucional do Mercosul. Abrem-se condições para que se possa caminhar numa direção mais segura e mais promissora para o futuro — disse Fogaça.



Conforme Mozarildo, a Justiça de Roraima, que comemora nove anos, adotou um sistema moderno de funcionamento

Mozarildo elogia desempenho do Poder Judiciário de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou a comemoração do 9º aniversário do Poder Judiciário de Roraima. Em discurso no Plenário, o senador lembrou um passado recente, quando o ex-território não tinha Justiça própria, o que obrigava os cidadãos a recorrerem primeiro ao Poder Judiciário do Amazonas, e depois ao do Distrito Federal.

O Judiciário de Roraima adotou um sistema moderno de funcionamento, afirmou Mozarildo, com informatização completa da primeira instância, sistemas de auto-atendimento, instalação do disque-pro-

cesso e uso da Internet para acompanhamento processual e remessa de petições, entre outras iniciativas.

Mozarildo registrou ainda sua participação no Parlamento Amazônico, realizado em Belém nos últimos dias 2 e 3. Durante o encontro, foram discutidos por parlamentares locais e governadores dos estados da Amazônia os problemas da região. O senador anunciou a realização de novo encontro em novembro, do qual deverá resultar documento com propostas de um plano de desenvolvimento ordenado e sustentável para a região, a ser encaminhado ao governo federal.

Lando destaca aprovação de lei de zoneamento em Rondônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) registrou em Plenário, na sexta-feira, a aprovação da lei complementar estadual que normatizou o zoneamento socioeconômico-ecológico em Rondônia. Segundo Lando, a legislação representa um pacto ecológico firmado entre a população e entidades civis e governamentais do estado, aprovado pela Assembleia Legislativa após 15 anos de estudos.

Amir Lando fez questão de destacar, em seu pronunciamento, que a lei estadual tem “caráter inovador” e não segue a “forma caolha” dos preceitos vigentes no Código Florestal e na medida provisória que limitou em 20% a exploração da região amazônica. Na sua opinião, a determinação de que as áreas colonizadas em Rondônia não sejam superiores a 30% do território do estado “é compatível com qualquer procedimento de preservação ambiental”.

Ao assumir a defesa do zoneamento socioeconômico-ecológico de Rondônia, Lando argumentou que a primeira regra para preservação do meio ambiente é o uso racional dos recursos naturais renováveis. E comparou os impedimentos legais à exploração produtiva na Amazônia a um “decreto de despejo coletivo” das populações responsáveis pela ocupação da região.

“Estamos diante de um confronto entre a sobrevivência do povo de Rondônia e a preservação exacerbada da floresta”, disse Lando, sustentando que existem mais de 100 milhões de hectares férteis na área amazônica, próprios para a agropecuária. De acordo com Lando, além de redefinir a visão dos limites da Amazônia Legal, é indispensável a garantia de sobrevivência aos pioneiros na ocupação da região, transformados hoje em “delinquentes florestais”.



Amir Lando diz que a nova lei representa um pacto ecológico entre a população e entidades civis e governamentais

Luiz Pontes analisa projeto sobre o primeiro emprego

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE), relator do projeto de lei, votado na última reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que institui o estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após os 40 anos de idade, fala sobre o assunto à TV Senado hoje. A entrevista vai ao ar às 7h30, 12h30 e 20h30.



Luiz Pontes

De acordo com o projeto, são instituídos estímulos como a redução de encargos sociais aos empregadores que contratarem empregados com idade entre 18 e 25 anos que nunca tenham trabalhado com Carteira Profissional assinada e nem contrato regular de trabalho, e pessoas com idade superior a 40 anos.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Debate*: Sen. Moreira Mendes e o embaixador do Paraguai, Carlos Alberto Gonzalez, falam da democracia na América Latina
7h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre o primeiro emprego
8h – *Cores do Brasil*: Turismo em Santarém
8h30 – *TV Escola* – Paisagens brasileiras: Aqui e Lá, Diadema
9h – *Entrevista*: Sen. Jonas Pinheiro fala sobre agrotóxicos
9h30 – *Subcomissão do Cinema* (reapresentação)
12h30 – *Revista Brasília*
13h30 – *Debate*: Sen. Moreira Mendes e o embaixador do Paraguai, Carlos Alberto Gonzalez, falam da democracia na América Latina
14h30 – *Sessão Plenária* (vivo)
18h30 – *Entrevista*: Sen. Jonas Pinheiro fala sobre agrotóxicos
19h30 – *Debate*: Sen. Moreira Mendes e o embaixador do Paraguai, Carlos Alberto Gonzalez, falam da democracia na América Latina

20h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre o primeiro emprego
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Sessão Plenária* (reapresentação)

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – *Sessão Plenária do Senado* (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*. Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*. Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*. Em seguida – Música e informação
0h – *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Presidente da OAB defende uma nova constituinte

Em entrevista à TV Senado, Reginaldo de Castro ressalta que posição é pessoal, mas lembra as 33 emendas que a Carta já sofreu

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo Oscar de Castro, propôs, em entrevista que a TV Senado exibiu no final de semana, a convocação de uma nova assembléia nacional constituinte. Salientando que esta é uma posição pessoal, não submetida ao Conselho da OAB, ele argumenta que a grande quantidade de propostas de emenda constitucional tramitando no Congresso (mais de 500) e o atual clima de respeito ao estado de direito seriam razões suficientes para uma revisão ampla da Carta:

– A Constituição de 1988 trouxe um aperfeiçoamento do Estado brasileiro, mas tem também graves defeitos. Eu defendo a integridade da Constituição, mas já houve 33 emendas. Já que estamos em um estado de constituinte permanente, teríamos a possibilidade de evitar que num futuro próximo um aventureiro feche o Congresso e convoque uma constituinte – defendeu Reginaldo de Castro, para quem a assembléia deveria funcionar sem influência direta dos partidos políticos.

Na entrevista, o presidente da OAB classificou como positivo o trabalho feito pela deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), relatora da Reforma do Judiciário, em segundo turno de votação na Câmara. Ele destacou a criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão que, integrado por juízes de várias ins-



Foto: OAB (divulgação)

Reginaldo apontou problemas da Justiça que dificultam o acesso dos mais pobres ao exercício de seus direitos

Supremo também foi tolerante ao admitir as reedições. Foi o grande equívoco que estimulou o presidente a renovar a eficácia das medidas provisórias e abriu um caminho incontrolável.

Reginaldo de Castro também apontou outros problemas da Justiça brasileira, que dificultam o acesso das camadas mais pobres da sociedade à prestação jurisdicional, como a falta de recursos dos juizados especiais. Na opinião dele, este quadro pode ser agravado pela decisão do STF que considerou desnecessária a atuação de advogados em causas com valor inferior a 20 salários mínimos:

– Os cidadãos têm que lutar sozinho contra grandes empresas, que contam sempre com vários advogados. A Constituição determina que o Estado deve garantir defensoria pública para todos – afirmou.

Comentando a possibilidade de se instaurar o parlamentarismo, o presidente da OAB concordou com o vice-presidente Marco Maciel, segundo o qual, depois do plebiscito que decidiu entre presidencialismo e parlamentarismo, não há chances de haver mudanças no sistema. Ele falou ainda sobre outros temas polêmicos, como a impunidade, a reforma do sistema carcerário, a formação dos advogados e os juizados especiais.

tâncias, advogados e promotores, além de dois membros escolhidos pelo Congresso Nacional, seria o responsável pelo controle externo do Judiciário. No entanto, Reginaldo de Castro acredita que o relatório pecou por não tocar em problemas crônicos do Poder Judiciário, como o pequeno número de magistrados e as dificuldades de acesso à Justiça.

USO DAS MPs

O uso excessivo das medidas provisórias pelo Executivo também foi criticado pelo presidente da OAB. O atual texto constitucional, sustenta, não permite a edição de medidas provisórias sobre matérias já reguladas pela legislação em vigor:

– Começamos com um grande erro na Constituinte de 88, quando permitimos que ficasse esta possibilidade de um presidente editar MPs com força de lei. O

Tentativa de golpe no Paraguai é tema de debate na TV Senado

A recente tentativa de golpe no Paraguai é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje às 6h30, 13h30 e 19h30. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) e o embaixador do Paraguai, Carlos Alberto Gonzalez, são os convidados do programa.

O embaixador paraguaio explica com detalhes a tentativa de golpe atribuída ao general

Lino Oviedo, a reação da sociedade ao golpe e seu apoio à ordem constitucional.

Ele também fala sobre a operação Condor e sobre o narcotráfico, que estaria financiando aventuras como a que o Paraguai enfrentou agora. O apoio de outros países do Mercosul e das Américas no episódio é mencionado pelos convidados.



O senador Moreira Mendes debate com o embaixador do Paraguai no Brasil

Para Lauro Campos, reunião de chefes de Estado fracassou

Na avaliação do senador Lauro Campos (PT-DF), fracassou a recente cúpula de 13 chefes de Estado realizada em Berlim, com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, para encontrar novos caminhos para a social-democracia. “Eles reconheceram que o neoliberalismo, idealizado para dar uma sobrevida ao capitalismo, se esgotou, mas não foram capazes de apresentar propostas ou alternativas”, enfatizou.

Para Lauro Campos, os chefes de Estado reunidos na “Governança Progressista para o Século XXI” não puderam traçar novas diretrizes para problemas como o desemprego nem elaborar formas inovadoras para as relações internacionais. Tampouco, disse, cumpriram sua agenda de encontrar respostas aos efeitos perversos da globalização sobre os países menos desenvolvidos.

— O único fato memorável da cúpula que reuniu Gerhard Schröder



Lauro: o encontro não foi capaz de apresentar respostas “aos efeitos perversos da globalização”

(Alemanha), Bill Clinton (EUA), Lionel Jospin (França), Fernando de la Rúa (Argentina), Ricardo Lagos (Chile) e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, foi o triunfo da culinária, uma vez que “esses nutridos e sorridentes senhores comeram do bom e do melhor”. De concreto, talvez tenham decidido o cardápio da próxima cúpula — ironizou Lauro Campos.

Leomar Quintanilha defende Hidrovia Araguaia-Tocantins

A implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, prevista no Plano Plurianual 2000/2003, é necessária para assegurar o desenvolvimento do Centro-Oeste. Com essa avaliação, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) pediu que as pessoas contrárias à obra encontrem soluções para superar possíveis danos ao meio ambiente e a hidrovia possa cumprir “o seu desiderato de integrar as diversas regiões do país”.

— Não podemos postergar o uso dessa importante modalidade de transporte, que seguramente vai articular-se com as modais rodoviárias locais e a Ferrovia Norte-Sul, sob pena de atrasar o desenvolvimento dessa região do país — afirmou em discurso no Plenário.

Quintanilha referiu-se às críticas segundo as quais o estudo de impacto ambiental não teve a profundidade necessária para avaliar de forma clara os eventuais danos que a implementação da hidrovia poderia causar ao meio ambiente, aos ribeirinhos e à população indígena.

Para ele, “estados mediterrâneos”, como o Tocantins, que têm como vocação econômica a agricultura, só podem compensar a



Quintanilha: é necessário que se encontrem soluções para superar os danos ao meio ambiente

desvantagem comparativa da baixa densidade demográfica com um tipo eficiente de transporte de carga pesada de longa distância. Assim, disse, os custos de produção poderão ser reduzidos de modo a dar competitividade aos produtos da região em qualquer mercado, nacional ou internacional.

O senador condenou ainda a matriz de transporte do Brasil, que, “equivocadamente”, privilegiou o sistema rodoviário. Esse tipo de transporte, na opinião de Quintanilha, não é eficiente em certas regiões, como o norte e o centro do país.

Patrocínio critica serviços de telecomunicações

Na avaliação do senador, as dificuldades são resultado da privatização e da ineficiência da Anatel em regular o setor, “sempre em prejuízo do usuário”

A qualidade dos serviços de telecomunicações do país depois da privatização foi criticada pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Segundo disse, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tem se mostrado ineficiente na regulação do setor e incapaz de cobrar das operadoras o desempenho prometido.

— Esperava-se que a livre concorrência e o conseqüente aumento da competitividade trariam como resultado a melhoria dos serviços oferecidos. Na prática, o que se viu foi o contrário. As reclamações crescem, sempre em prejuízo do usuário, que está pagando taxas de origem duvidosa e de valor acima do esperado — criticou.

Patrocínio considera complexos os inúmeros procedimentos para escolha das operadoras, as opções por melhores preços e a interpretação das contas telefônicas. Disse ele que “esses procedimentos atrapalham a vida do usuário, que nem sempre compreende o que está pagando”.

— Como ter certeza de que uma operadora não está cobrando o que já foi pago para outra? — questionou, lembrando que as contas de telefonia celular surpreendem os usuários, tamanha a diferença



Para Patrocínio, a Anatel não tem conseguido resolver “as complicações do novo modelo de telecomunicações”

das taxas de deslocamento.

A Anatel, disse o senador, não tem sido eficiente para resolver as “complicações” decorrentes do novo modelo brasileiro de telecomunicações. Como exemplo, Carlos Patrocínio citou o problema com os interurbanos em 3 de julho do ano passado, quando foi necessário que a Secretaria de Direito Econômico tomasse a iniciativa de multar a Telefônica, em São Paulo, e a Telemar, no Rio de Janeiro.

O senador fez um apelo ao ministro das Comunicações, Pimen-

ta da Veiga, para que faça gestões junto à Anatel com vistas à simplificação das contas telefônicas. Na sua opinião, as operadoras deveriam divulgar para a população, especialmente a de baixa renda, as tarifas telefônicas de longa distância de maneira ordenada e inteligível nas contas.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que o avanço para a universalização da telefonia é inegável. Ele concordou que há dificuldades, por exemplo, nas contas telefônicas, e lembrou que o Congresso ainda deve aprovar o Fundo de

Universalização das Telecomunicações (Fust).

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Lauro Campos (PT-DF) apoiaram o discurso de Patrocínio. Em Roraima, disse Mozarildo, há reclamações de contas indevidas e de mau atendimento em localidades do interior. Lauro Campos acredita que a criação das agências reguladoras reproduz a estrutura do Banco Central sem que haja condições de fiscalização dos seus respectivos setores.

Francelino cobra do governo definição sobre a privatização de Furnas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) cobrou do governo, na manhã de sexta-feira, uma posição clara a respeito da privatização das Centrais Elétricas de Furnas. Em sua avaliação, a decisão tem de ser rápida, a fim de evitar que a empresa seja alvo de disputas políticas, tendo em vista a aproximação das eleições de outubro de 2002.

Francelino Pereira, que é contra a venda de Furnas, defende que, se o governo optar pela privatização, deve manter o seu controle acionário e pulverizar o restante das ações. Dessa maneira, disse, pequenas e médias empresas brasileiras, bem como a população em geral, teriam acesso à participação acionária.

O senador acrescentou que Furnas não vem dando prejuízo, a exemplo de outras estatais, e por isso deve ter tratamento diferenciado. Segundo ele, a empresa “é um orgulho dos mineiros”, e ao longo de sua existência sempre colaborou para o desenvolvimento do país.

— A privatização das Centrais Elétricas de Furnas sempre esteve nos projetos do governo, e o PFL sempre defendeu, desde o primeiro momento, que, se a venda ocorrer, a opção deve ser a pulverização das ações. Espero que o presidente da República tenha tal posição em mente, caso opte pela venda — concluiu Francelino Pereira.



Francelino Pereira defende que o governo mantenha o controle acionário da empresa